

TRABALHO INFANTIL: CONSEQUÊNCIAS NA APRENDIZAGEM DE ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE CÁCERES-MT

SANTOS, Leandro dos¹
SANTOS, Rosilda dos²

RESUMO - O objetivo da pesquisa foi analisar a influência do trabalho infantil na aprendizagem de alunos do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública de Cáceres-MT. Adotaram-se como procedimentos metodológicos estudos bibliográficos, observação em sala de aula, questionários e entrevistas. Participaram da pesquisa um total de 18 alunos e a professora responsável pela turma, a quem coube estabelecer diálogos informais com a diretora, coordenadora pedagógica e demais profissionais da escola. Os resultados da pesquisa evidenciaram casos que podem caracterizar trabalho infantil proveniente da desigualdade social, que, para ser combatido independentemente da origem, não pode prescindir dos instrumentos jurídicos, dos estatutos e dos programas sociais.

Palavras-chave: Trabalho infantil. Aprendizagem. Desigualdade Social.

INTRODUÇÃO

O trabalho Infantil é um intolerável qualificador, uma temática histórico-contemporânea no Brasil e no mundo, tem-se o que serve para diferir o ser humano dos demais seres como ato de produção e reprodução empregado na organização socioeconômica de um dado lugar. Por afetar todas as etapas da vida dos seres humanos, até mesmo a infância, o trabalho Segundo Saviani (2007), no atual estágio de desenvolvimento do sistema econômico capitalista, força o ser humano a deixar sua essência para assumir a condição de trabalhador num mundo globalizado, em que deve estar permanentemente em estado de vigília (conectado ao trabalho por aplicativos).

A incômoda perenidade do tema motivou esta pesquisa, que tem a pretensão de empreender esforços para refletir sobre o quanto o trabalho infantil interfere no desenvolvimento escolar da criança. Para tratar deste assunto sob o viés da aprendizagem, a pesquisa se pautou em relatos sobre trabalho e educação de alunos do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública do município de Cáceres-MT. A análise foi desenvolvida com base em estudos bibliográficos e no material obtido durante a pesquisa por meio de técnicas

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso, Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso e doutorando em Geografia pela universidade federal de Goiás. Professor na área de ensino no Dep. de Geografia da Unemat, Câmpus de Cáceres-MT. leandroluander@hotmail.com

² Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Professora da rede municipal de educação de Cáceres-MT.

de levantamento de dados (questionários, entrevistas e diálogos estabelecidos com o professor (a) sobre sua experiência docente.

O trabalho infantil pode ser considerado a forma extrema de violar os direitos da criança, principalmente à educação. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho - OIT (2010), a construção de uma sociedade mais justa, menos desigual e mais democrática depende não só da definição de estratégias a curto e longo prazo, mas da vontade política dos governos e da sociedade civil em geral. Nesse âmbito estão a erradicação do trabalho infantil e a garantia dos direitos das crianças, que permeiam as políticas públicas e envolvem todos os segmentos sociais em torno do fenômeno.

No primeiro momento, quando se procurou verificar como o trabalho infantil influencia o desenvolvimento escolar, a análise dos dados apontou dois motivos para a ocorrência desse fato: inicia-se muitas das vezes quando a criança assume as tarefas domésticas em sua própria casa e, na maioria dos casos, é legitimado pela própria família e pela sociedade. Esse fenômeno, se por um lado compromete seriamente o desenvolvimento físico e intelectual da criança, por outro lado impetra a morte da vida infantil, ou seja, à inviabiliza (COSTA E CALVÃO, 2005).

Com o desenvolvimento e expansão da sociedade humana associada ao advento do capitalismo como sistema econômico, o trabalho passou a ser um modo de apropriação dos meios de produções pelos proprietários com a exploração dos trabalhadores. Vários autores que abordam a questão do trabalho infantil apontam que a criança, quando explorada por meio do trabalho precocemente, pode ter grandes perdas na infância e consequências na vida adulta.

É importante destacar que o trabalho infantil no Brasil não é um problema contemporâneo e que os casos conhecidos são de crianças cujas famílias são desprovidas de capital e renda, condição que as fazem ter o respaldo de vários segmentos sociais quando encaminhadas ao trabalho. Quando usado para exploração e acúmulo de capital, o trabalho não só contradiz o adágio popular, o trabalho dignifica o homem, como desnaturaliza o homem, o agente de transformação, por excelência, da natureza.

TRABALHO INFANTIL E EDUCAÇÃO: NEGAÇÃO DE DIREITOS

As leituras e obras pesquisadas indicam que o trabalho infantil é um problema social muito bem estruturado historicamente que tem como fim a injustiça social. Diante desse quadro, avulta-se a necessidade de políticas públicas e de sua aplicabilidade voltada à erradicação dessa forma de trabalho. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), são

imprescindíveis investimentos em Educação Básica e qualidade da educação na escola pública. Assim, entende-se que a educação é o meio viável para minimizar os impactos degenerativos decorrentes da injustiça social, que tem afetado em larga escala as classes menos favorecidas e assistidas pelos programas de governos.

Educação e trabalho mantêm uma estreita ligação entre si na formação cidadã de qualquer indivíduo. A educação é um direito constitucional garantido ao povo brasileiro (BRASIL, 1988). Existem ainda dois instrumentos que regulamentam e complementam o direito à educação: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996.

Na conjuntura de uma sociedade capitalista, a educação tem sido forte aliada do Estado para manter a alienação dos trabalhadores. Marx e Engels (*apud* KUENZER, 2005, p.79) afirmam que “é a classe que detém o poder material que possui também os instrumentos materiais para elaboração do conhecimento”. Dessa forma, entende-se que os alunos são preparados pela escola para reproduzir a ideologia, atender os interesses capitalistas e subordinar-se a estes. Freitas (2003, p.10) considera “a escola atual como uma instituição social que atende as finalidades capitalistas como subordinar e excluir”.

No sistema capitalista, em que o principal objetivo é o lucro (acúmulo de capital), as crianças e adolescentes são explorados nos meios de produção que direta ou indiretamente reproduzem as frágeis condições sociais de suas famílias, que na maioria das vezes submetem os seus filhos ao trabalho para aumentar a renda familiar e garantir as mínimas condições de sobrevivência. Costa e Calvão (2005, p. 135) apontam que “essa situação acaba com a infância da criança e não tem nada de educativo”.

Partindo desse contexto, pode-se dizer que o trabalho infantil constitui-se num processo de reprodução da pobreza, pois a criança que trabalha, na maioria dos casos, é prejudicada no seu desenvolvimento escolar e pode até mesmo perder parte da sua infância. E se não estuda ou não obtém bons resultados no aprendizado será, no futuro, um trabalhador “desqualificado” para o então exigente e seletivo mercado de trabalho. Nesse contexto, perderá a chance de concorrer de “forma mais justa” a uma melhor colocação no mercado tornando-se, assim, mão de obra desqualificada, contribuindo com o aumento do número de desempregados ou subempregados. Fenômeno que Karl Marx, denominou de mão de obra reserva (DONÁRIO; SANTOS, 2014).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, por força da Lei nº 8.069/1990, estabelece, em seus artigos 4º, 15º, 53º e 60º, os direitos fundamentais da criança e do adolescente:

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Art. 15º. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 53º. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Art. 60º. É proibido qualquer trabalho a menor de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

Apesar de serem condutas proibidas por lei, o trabalho infantil e a exploração de crianças e adolescentes são praticados principalmente nos países subdesenvolvidos, deixando evidente a relação entre trabalho infantil e desigualdade social. No Brasil, essa prática tem sido comum em diversas regiões do país, pois a aplicabilidade das leis que garante o direito da criança e do adolescente é comprometida por diversos fatores, principalmente pela carência de recurso humano.

É notória a importância das leis, estatutos e dos programas sociais, mas muito ainda precisa ser alcançado no tocante a aplicabilidades. O respeito ao direito das crianças e dos adolescentes carece de políticas públicas e da mobilização e esforço por parte dos governos, das diversas organizações sociais e da sociedade como um todo. Costa e Calvão (2005) entendem que o acesso à educação conjugado ao lazer é o ideal para o desenvolvimento da criança; quando esta, porém, compromete o tempo necessário ao estudo com trabalho, o prejuízo escolar é inevitável. O aluno trabalhador que, no contra turno, despense esforço físico em alguma atividade laboral penosa fica impedido não só de dedicar-se às atividades escolares como também de viver a infância que lhe é garantida por leis.

No entanto, Costa e Calvão (2005, p. 134) advertem “que não se deve confundir o trabalho infantil, em que as jornadas de trabalho intensivas impedem crianças e adolescentes de estudar e de ter momentos de lazer, com as atividades que podem executar em sua própria casa, para seu bem estar”. Entende-se que a criança deve aprender a cuidar dos seus objetos pessoais, auxiliar pai e mãe em tarefas domésticas sem prejuízo de seus horários de estudos e com atenção e cuidados de seus pais. Existe uma grande diferença entre as atividades que as crianças e adolescentes precisam executar para disciplinar suas rotinas e adquirir hábitos e responsabilidades com o espaço doméstico e aquelas a que são exaustivamente submetidas como única alternativa de garantir sua sobrevivência, muitas vezes de forma humilhante.

Pistrak *apud* Pergher e Frizzo (2010 p. 21) considera “o trabalho necessário com sentido de luta social e como possibilidade de superação e transformação da organização do trabalho

capitalista”. O autor ainda defende que o trabalho doméstico realizado por crianças deve ser organizado do ponto de vista da sua utilidade e necessidade social, mas não pode perder de vista a explicação científica das diferentes fases do trabalho. Um exemplo citado pelo autor é a questão da higiene, que pode ser ensinada para criança com o objetivo de criar hábitos saudáveis. Nesse sentido, o trabalho doméstico é entendido como processo educativo e formativo e não como meio de sobrevivência.

Para Pergher e Frizzo (2010), o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) é um exemplo positivo da realização do trabalho como princípio educativo. Nesse sentido, destacam-se os avanços nas escolas dos assentamentos, a luta pela Reforma Agrária, o trabalho organizado coletivamente e a organização comunitária.

Conforme mencionado anteriormente, o trabalho infantil faz parte de um processo histórico-cultural e, por isso, muitos pais acreditam ser mais sensato colocar a criança para trabalhar do que deixá-la sem ocupação na rua, ou até na escola. Nielson (2010, p. 1) declara que

Esta ideia é reforçada pelo fracasso do sistema educacional na tarefa de desenvolver e estimular as crianças. Crianças que deixam de ir à escola para trabalhar, geralmente o fazem depois de terem sido reprovadas durante anos e de não terem conseguido aprender a ler e escrever.

Outro fator agravante, que vai além do processo cultural, é o de sobrevivência, pois entre educar a criança ou alimentá-la, é decidido alimentá-la, o que prejudicará sua educação em longo prazo. Para Nielson (2010), o processo educativo, diante da questão da sobrevivência, não tem prioridade, pois,

os custos para manter uma criança na escola tornam proibitivo que muitas crianças pobres tenham esta oportunidade. Mesmo a escola sendo gratuita, há que se comprar livros e uniformes. Estes custos deixam muitas famílias pobres incapazes de matricular suas crianças. Trabalho infantil é um problema que não se resolve com bolsas e fiscalização, senão por mudança de certas idéias culturais. Primeiro, a sociedade tem que valorizar mais a educação, e a educação tem que valer mais. O verdadeiro valor de educação é a longo prazo, onde tem o poder de aliviar a pobreza. Se esquecermos deste valor, o da renda diária fruto do trabalho infantil sempre parecerá maior (NIELSON, 2010, p. 2).

Diante desse quadro, surge a questão socioeconômica, que Nielson (2010) afirma ser a raiz do trabalho infantil. Sabe-se que, na maioria dos casos, como as famílias vivem em situação de pobreza, vitimizadas pelo processo de alienação do trabalho na sociedade capitalista, o trabalho das crianças se apresenta como algo necessário, haja vista a carência de políticas públicas voltadas a essa problemática.

No contexto que constrói e alimenta as condições para a reprodução do trabalho infantil, exceções à parte, as crianças são levadas ao trabalho infantil pelos próprios pais por pura necessidade de sobrevivência. Frequentemente esses pais são tão vítimas quanto seus filhos de uma sociedade nefasta, em que uma grande parcela da população desprovida de subsídios e de instrução tem que se submeter a condições desumanas de trabalho para garantir o mínimo para a sobrevivência e a manutenção do *status quo* dos donos do capital. No seio do sistema capitalista, a miséria se torna necessária, pois é por meio dela que os proprietários dos meios de produção exercem relações de poder e de exploração sobre aqueles que dispõem somente da mão de obra como mercadoria, situação em que se enquadra o trabalho infantil.

As condições de sobrevivência são tão desiguais na sociedade capitalista para as famílias de baixa renda, que abrir mão do trabalho das crianças para conduzi-las à escola ficou inviável, uma vez que essa ajuda é fundamental para o reforço da renda familiar. Para Nielson (2010), é necessário que os órgãos competentes se comprometam a realizar algumas mudanças: vão além da criação de bolsas-auxílios para livrar as crianças do trabalho, façam investimentos em educação pública, emprego e renda e criem condições dignas de vida para todos os cidadãos. Com a implementação de tais mudanças, espera-se que o trabalho infantil seja ao menos mitigado no Brasil.

Trabalho infantil no Brasil

Durante décadas as crianças das classes menos favorecidas foram encaminhadas ao mundo do trabalho com o respaldo de vários seguimentos sociais, entre eles a própria família. A partir dos anos de 1990, surgem no Brasil políticas de prevenção e fiscalização do trabalho infantil norteadas por instrumentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente, no entanto, dados da OIT (2010) apontam que o trabalho infantil ainda persiste e que há uma grande distância entre as políticas públicas e as realidades enfrentadas pelas famílias.

Conforme estudos da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI, 2004), o processo histórico e contemporâneo do trabalho infantil no Brasil está enraizado na cultura e na concepção de muitos brasileiros. Relações de causa e efeito estão presentes nessa forma de trabalho como pobreza e exclusão social, além de outros fatores decorrentes das formas tradicionais e familiares da organização econômica e social.

O trabalho infantil no Brasil, ao longo da sua história, nunca foi representado como um fenômeno negativo na mentalidade da sociedade brasileira. Até a década de 1980, o consenso em torno desse tema estava consolidado para entender o trabalho como sendo um fator positivo no caso de crianças que, dada sua situação econômica e social,

viviam em condições de pobreza, de exclusão e de risco social. Tanto a elite como as classes mais pobres compartilhavam plenamente dessa forma de encarar o trabalho infantil (CONAETI, 2004, p. 23).

O trabalho infantil se manifesta no Brasil desde o período colonial, quando os filhos de escravos acompanhavam seus pais em atividades incompatíveis com sua idade e que exigiam esforços superiores a sua capacidade física. A mão de obra infantil empregada nas atividades escravistas da época foi sendo absorvida pela industrialização iniciada no final do século XIX. Segundo dados da OIT (2010), em 1890, o setor industrial de São Paulo empregava 15% de crianças e adolescentes e o setor têxtil da capital paulista, 25%. Vinte anos mais tarde, esse número já era equivalente a 30% e, em 1919, esses números atingiram a cifra de 40%.

Dados recentes de 2009 divulgados pela OIT apontam que a quantidade de crianças e adolescentes inseridos no mercado de trabalho caiu cerca de 50% em 15 anos. De acordo com a pesquisa Perfil do Trabalho Decente no Brasil publicada em 2009 pela OIT, em 1992, havia 8,42 milhões de trabalhadores com idade entre 5 e 17 anos, em 2007, o número caiu para 4,85 milhões.

Não incorrerá em exagero quem afirmar que, no decorrer da última década, o Brasil tornou-se referência em políticas públicas de combate ao trabalho infantil. Prova disso foi a redução de quase 50% no número de crianças e adolescentes trabalhadores, conforme atesta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Todavia, é chegado o momento de ações ainda mais efetivas, capazes de quebrar as resistências e expurgar em definitivo a exploração do trabalho infantil do cenário social brasileiro (CONAETI, 2004, p. 19).

Para Laboissiere (2009, p. 6), “as crianças estão mais expostas aos riscos no trabalho do que os adultos, uma vez que ainda estão em processo de formação e as condições em que as atividades acontecem são incompatíveis com a sua idade e resistência física”.

Apesar da queda significativa do número de crianças trabalhadoras, a questão ainda é preocupante e merece atenção e investimento por parte dos órgãos responsáveis, pois quantitativamente o trabalho infantil diminuiu, mas ainda é comum se deparar com ideias que dão sustentação à sua continuidade. Garantir o acesso das crianças pobres à escola é um passo importante, porém não suficiente. Se a criança é inserida no ambiente escolar, mas dentro de casa continua em condições de pobreza, certamente voltará a desenvolver atividades para ajudar no sustento da família.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa trilhou o caminho qualitativo (mais adequado à abordagem do tema escolhido) com base em duas definições: i) “método é instrumento, caminho, procedimento, e por isso nunca vem antes da concepção de realidade. Para se colocar a captar, é necessário ter-se ideia do que captar” (DEMO, 2000, p.24); ii) “esse tipo de pesquisa envolve o levantamento de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes” (LUDKE; ANDRÉ, 2007, p.13).

Para o levantamento de dados foram empregadas três técnicas: o questionário, a entrevista (em que o entrevistado expressou verbalmente suas opiniões e sugestões sobre o assunto) e a observação *in loco*. Participaram desta pesquisa a professora regente e alunos do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública da rede municipal de Cáceres-MT. Nas conversas pré-estabelecidas entre o pesquisador, a gestão escolar e algumas professoras, foi constatado que vários alunos do 5º ano exerciam alguma forma de trabalho no período extraclasse.

O questionário aplicado foi constituído de cinco perguntas com as seguintes questões: I- Explique com suas palavras o que é trabalho infantil. II- Em sua opinião, quais tipos de trabalho uma criança não deveria fazer? III- Dê exemplos de trabalho que você acha que uma criança pode fazer e IV- Você ajuda sua mãe em casa? Como? V- O tempo que você gasta, ajudando em casa atrapalha você fazer as atividades escolares?

O questionário, respondido por todos os alunos presentes (18), foi aplicado com a finalidade de identificar os alunos que trabalhavam, as atividades por eles desenvolvidas e o modo como essas atividades influenciavam no processo escolar de cada um.

Identificados alguns questionários que evidenciavam possíveis casos de trabalho infantil, realizou-se a entrevista com a finalidade de colher informações mais detalhadas e de analisar cada caso individualmente. Oliveira e Lima (2009, p. 17) apontam que “na entrevista o respondente expressa verbalmente, suas opiniões e sugestões a respeito do assunto”. Com o uso dessa técnica, pôde-se observar as respostas dadas pelas crianças durante as entrevistas e posteriormente comparar essas respostas com as do questionário.

Os alunos participantes da pesquisa foram selecionados por meio de observações do ambiente pedagógico e de conversas informais com a professora regente sobre trabalho infantil. Na ocasião foram utilizados os seguintes instrumentos de avaliação: observação dos cadernos dos alunos e da participação destes nas aulas e acompanhamento no desenvolvimento das atividades. Com essa última técnica, foi possível perceber as dificuldades de cada aluno e suas

relações com o trabalho. De acordo com Fazenda (1993), quanto maior a proximidade com os envolvidos, mais fácil é diagnosticar o problema e mais receptivos eles se tornam para as soluções.

A Escola em Questão

Esta pesquisa foi realizada em uma escola pública da rede municipal Cáceres-MT, localizada em um bairro da periferia da cidade. A escola funciona em prédio próprio, com área construída de 2.136,20 m² e área livre de 8.985,82 m². A escola apresenta problemas elétricos e os professores reivindicam uma reforma nos forros antigos de algumas salas por oferecem riscos às crianças devido ao mal estado de conservação. A parte do prédio que abriga a coordenação e o laboratório de informática apresenta-se em bom estado. A escola destaca-se pelo seu ambiente externo amplo e arborizado, proporcionando aos alunos opção de diversas brincadeiras na hora do intervalo e também nos momentos de recreação. Não será aqui identificado o nome da escola nem sua imagem porque não foi concedida autorização para tal.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola é um instrumento norteador do processo ensino-aprendizagem e tem como objetivo garantir a qualidade da educação pública e gratuita para todos e a formação de cidadãos capazes de contribuir significativamente para a melhoria da sociedade, resgatando valores éticos, morais, religiosos e familiares. Em conversa com a diretora, foi possível diagnosticar que a equipe pedagógica e os professores encontram dificuldades em relacionar a proposta pedagógica com a realidade da escola. Segundo a gestora, todos os professores efetivos, coordenação e gestão da escola participaram do processo de elaboração do PPP, que posteriormente foi avaliado pelo conselho deliberativo, obtendo parecer favorável.

Ficou evidente que o Projeto Político-Pedagógico da escola serve como eixo norteador, define os caminhos a serem percorridos durante o ano letivo e tem como principal objetivo o processo de ensino e aprendizagem. Chamou a atenção uma incoerência da escola: embora admita em seu PPP que a educação está voltada à formação de cidadãos críticos e conscientes (o ideal), na prática, ela ainda se pauta na transmissão de conhecimento

Apesar de uma concepção da escola voltada para a formação de cidadão críticos e consciente do seu papel social, deparamos com o ensino pautado na transmissão de conhecimento, caracterizado pela fragmentação de conteúdo, levando à dissonância entre teoria e prática. (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2013, p.12).

É significativo o fato de a escola ter consciência de que a educação ofertada necessita de mudanças para atingir uma formação integral e de qualidade. Nesse sentido, acredita-se que o objetivo de formar cidadãos críticos, pensantes, participativos e uma sociedade mais justa delega à escola a função de contribuir para a transformação da sociedade. Freitas (2003, p. 85) afirma ainda que “a educação oficial prega a formação integral da criança, mas na prática, contentam-se em montar um sistema educacional indigente e que permite quando muito a aprendizagem de algumas disciplinas”.

O fato de a escola reconhecer que não faz o ideal demonstra sua intenção de fazer diferente, conforme descrito no PPP (2013, p.18).

A elaboração desta proposta é uma forma do conjunto escolar refletir e traçar os caminhos que deverão ser percorridos no decorrer do ano letivo, com o intuito de propiciar um ensino-aprendizagem mais contextualizado e eficaz. Isso só será possível se houver o engajamento de todos os segmentos escolares, respeitando e desenvolvendo as ações de acordo com o nível de conhecimento de cada educando. Para que possamos buscar essa melhoria em nossa educação, precisamos a priori ter claro que as dificuldades são muitas, porém, se houver uma Proposta Pedagógica engajada a essa realidade, a equipe de profissionais de cada núcleo escolar, diretores, coordenadores, professores, servidores, alunos e membros do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar terão força suficiente para cumprir suas metas, tendo sempre o discernimento de que a flexibilidade também é importante, pois a educação não pode, não deve jamais ser estática. Ela precisa caminhar mudar e assim melhorar, crescer junto a todos àqueles que tenham o mesmo objetivo, qual seja, uma educação de qualidade.

A Escola pesquisada tem como filosofia favorecer o acesso do aluno à informação, capacitando-o para o exercício da plena cidadania para participar da organização da sua própria comunidade. Sua missão é sensibilizar a sociedade para que juntas, escola e comunidade, possam melhorar e possibilitar mudanças na qualidade do processo de ensino e aprendizagem de seus alunos.

TRABALHO INFANTIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO ENSINO E APRENDIZAGEM

Análise dos questionários aplicados aos alunos do 5º ano

Na primeira de três semanas, os pesquisadores atuaram na condição de observadores e nas outras duas, como estagiários. A fim de estabelecer um contato mais próximo entre alunos e pesquisadores, o questionário foi aplicado na terceira semana de trabalho.

Após leitura do texto “Criança que trabalha, não brinca” em sala de aula, fez-se uma roda de diálogo, em que se percebeu que algumas crianças se identificaram com os personagens

do texto e se sentiram à vontade para falar livremente sobre suas experiências com o trabalho. A princípio, alguns alunos demonstraram certa dificuldade em entender e participar da discussão, mas, com os esclarecimentos devidos, todos conseguiram se expressar e emitir sua opinião sobre o assunto.

Finda a roda de diálogo, aplicou-se um questionário a todos os alunos. Para facilitar as análises e o entendimento das respostas, organizaram-se os dados em quadros demonstrativos, gráficos e tabelas e, ao final, analisaram-se as respostas estabelecendo relações com os teóricos estudados e apresentados no decorrer deste trabalho. A primeira questão foi sobre o que é trabalho infantil.

Figura 01. Respostas expressas pelos alunos sobre O que é trabalho infantil?



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Elaborado pelos autores (2013).

Ao analisar as respostas dos alunos (Figura 1), percebe-se que aproximadamente 60% delas apresentaram a definição de trabalho infantil como uma exploração. Assim, é possível afirmar que grande parte das crianças (11) relaciona o trabalho infantil com algo penoso e não prazeroso o que não define o trabalho infantil, mas apresenta um juízo de valor a respeito. Outra inferência que pode ser feita é a associação ao texto trabalhado em sala de aula: “Criança que trabalha, não brinca”. Percebeu-se que o sentido de trabalho infantil está associado à exploração e a toda atividade econômica ou de sobrevivência, remuneradas ou não, realizadas por crianças, concepção, esta última, defendida pela Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil.

O fato de as crianças reconhecerem que o trabalho infantil configura-se como uma forma de exploração se apresenta como algo positivo, pois é diante das condições adversas em que ele é praticado e da distorção do lugar da criança na sociedade que ele se impõe.

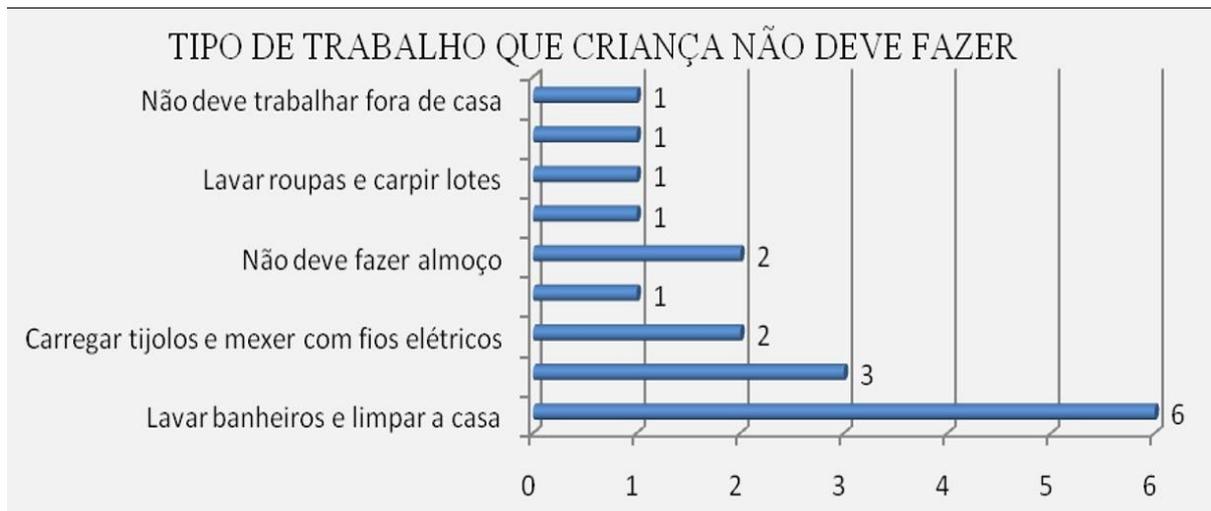
Depreende-se das quatro respostas que relacionam tarefas consideradas rotineiras, domésticas com trabalho infantil que, mesmo consideradas intoleráveis (o corte de cana-de-açúcar, o trabalho em carvoarias, ou crianças que moram nas ruas) por grande parte das pessoas, elas estão culturalmente enraizadas em nossa sociedade. Alguns tipos de trabalho infantil passam despercebidos, por serem vistos pela maioria das pessoas como normais e cotidianos. Normalmente os afazeres domésticos não são considerados trabalho, porque não é atividade remunerada e, na maioria das vezes, não têm valor de troca. A sociedade afirma ainda que o trabalho na infância é necessário para formar um cidadão bem-sucedido.

Para Costa e Calvão (2005, p. 36),

na medida em que a escolaridade da criança é dificultada, se cria um fator de desarticulação da qualificação necessária. As crianças que trabalham são peças utilizadas na reprodução e acumulação do capital (...) o trabalho infantil, não é necessário para uma vida bem-sucedida, ele não qualifica, pelo contrário aumenta as possibilidades da criança se tornar um adulto trabalhador desqualificado, portanto, é inútil como mecanismo de promoção social.

A duas respostas que se referem à questão da sobrevivência apontam um quadro preocupante do trabalho infantil: “é trabalhar para comer”. Na entrevista e na observação foi constatado que esta resposta está associada às experiências de vida dos dois respondentes. Em realidade, não deveria ser assim. As leis e estatutos defendem incondicionalmente os direitos da criança, no entanto, as desigualdades econômicas e sociais impedem o pleno direito delas à brincadeira, à educação, à alimentação e à saúde; idealmente elas deveriam ser protegidas e sustentadas pelas famílias, sociedade e Estado, mas, na prática, são provedoras do próprio sustento. Desprovidas dos privilégios da maioria, muitas se tornam vítimas de exploração ao serem obrigadas a trabalhar, desde cedo, para ajudar a complementar a renda familiar.

Figura 02. Tipo de trabalho que criança não deve fazer



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Elaborado pelos autores (2013).

A questão contida no gráfico da Figura 2 obteve respostas diversificadas. Na análise, percebe-se que os alunos consideram indevido que crianças realizem vários tipos de trabalho, contudo, é oportuno aqui ressaltar o ponto de vista abordado na questão anterior: associação entre trabalho infantil e atividades exploradoras. Nas respostas “carregar tijolos e mexer com fios elétricos” e “ajudar a construir casas, mexer com panelas quentes, com álcool e com faca”, percebe-se que as crianças conseguem estabelecer relação entre as atividades e os riscos que elas podem oferecer.

Costa e Calvão (2005, p.137), afirmam que “o trabalho, se por um lado compromete seriamente o desenvolvimento físico e intelectual da criança, por outro lado impetra a morte da vida infantil, ou seja, inviabiliza a infância”. Sob essa perspectiva, a análise das respostas demonstra que as crianças têm noção das atividades que oferecem risco físico à saúde, muitas vezes invisíveis aos olhos da sociedade e dos tipos de trabalho considerados intoleráveis.

Quanto à questão econômica, três respostas apontam que crianças não devem realizar os seguintes trabalhos: fazer faxina, capinar lotes e vender latinhas. Essa questão leva mais uma vez a concordar com Costa e Calvão (2005, p.133), quando dizem que “com o advento do capitalismo o trabalho deixa de ser fundamentalmente de consumo para se destinar a troca”.

Figura 03. Tipos de trabalho que criança pode fazer



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Elaborado pelos autores (2013).

Comparando-se as respostas das questões exibidas nas Figuras 2 e 3, vê-se notáveis contradições: os itens lavar louças e passar pano na casa, anteriormente citados como atividades que a criança não pode fazer, agora aparecem como exemplos positivos, que podem ser realizados por crianças. Verificou-se que as respostas da Figura 3 estão vinculadas a tarefas que os pais costumam solicitar a seus filhos, visando colaboração e aprendizagem em relação a cuidados com ambiente e à organização, sem configurar algo penoso e pesado.

No entanto, como afirma Nielson (2010 p. 3), o trabalho como parte do processo de socialização não deve ser confundido com o trabalho infantil, que obriga crianças a trabalhar, regularmente ou durante jornadas contínuas, para ganhar seu sustento ou o de suas famílias, com prejuízos para seu desenvolvimento educacional e social. Costa e Calvão (2005, p. 36) também defendem a ideia de que “não se deve confundir o trabalho infantil, em que as jornadas de trabalho intensivas impedem crianças e adolescentes de estudar e de terem momentos de lazer, com as atividades que podem executar em sua própria casa, para seu bem estar”.

A resposta “criança deve brincar e ir para escola” merece destaque e a menção a Costa e Calvão (2005, p. 137), que entendem que a maneira mais adequada para o desenvolvimento da criança é ter acesso à educação e ao lazer. Brincar e estudar seriam atividades ideais para todas as crianças, que desta forma teriam seus direitos estipulados pela Constituição Federal, pela LDB e pelo ECA, devidamente respeitados.

Quadro 01. Ajuda das crianças em casa

Nº de alunos participantes	Questão IV	Respostas	Nº de respostas
		Sim	17

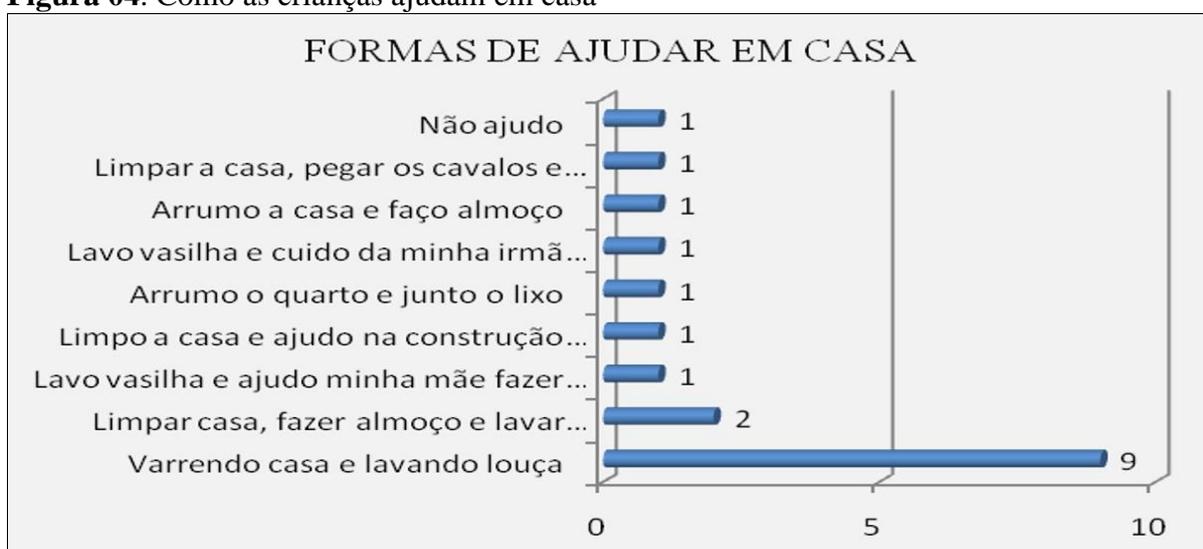
18	Você ajuda sua mãe em casa?	Não	01
		Total	18

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Elaborado pelo autor (2013).

A questão apresentada no Quadro 1 expressa as respostas dos alunos em relação à ajuda em sua casa. Dos 18 envolvidos na pesquisa, somente um afirma não ajudar em casa, os demais desenvolvem algum tipo de atividade doméstica. A Figura 4 demonstra como as crianças ajudam em casa.

Figura 04. Como as crianças ajudam em casa



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Elaborado pelos autores (2013).

Depreende-se das respostas do gráfico da Figura 4 que a maioria dos alunos ajuda em casa e que, de acordo com Costa e Calvão (2010, p. 3), algumas delas podem estar relacionadas a um trabalho educativo (arrumar o quarto ou fazer pequenas tarefas, por exemplo) que não compromete o desenvolvimento escolar das crianças, conforme já descrito na questão anterior. Enquanto essas são atividades orientadas que visam à organização da criança e à participação no ambiente familiar e social, há outras que merecem atenção especial, entre elas as apresentadas nas seguintes respostas: “fazer almoço; ajudo minha mãe fazer tapete e rede de barbante; ajudo na construção da minha casa e pegar cavalos e capinar lotes”. Nessa sequência de respostas, é possível constatar que as crianças desenvolvem mais de uma atividade com risco para sua saúde física e psicológica, por isso, passível de ser considerada trabalho. Essa situação pode ser prejudicial para o desenvolvimento da criança e trazer sérias consequências para sua vida adulta.

Segundo a OIT (2010), algumas atividades desenvolvidas por crianças podem ser consideradas como trabalho infantil doméstico, o tipo de trabalho infantil mais comum no Brasil. Essa forma de trabalho é vista pela família e pela sociedade como “normal” porque já faz parte da cultura do país envolver os filhos nos afazeres domésticos com a finalidade de ensiná-los. Ainda que seja para garantir a continuidade de uma tradição familiar de dividir responsabilidades no interior da casa, o trabalho de crianças não pode impedi-las de exercer seus direitos à educação e ao brincar, condições essenciais ao seu pleno desenvolvimento. Com base nessa preocupação, mais uma questão foi apresentada às crianças, conforme mostrado no Quadro 2.

Quadro 02: Relação entre o tempo gasto nas atividades domésticas e atividades escolares

Nº de alunos participantes	Questão V	Respostas	Nº de respostas
18	O tempo que você gasta ajudando sua mãe em casa, atrapalha você a fazer as atividades escolares?	Sim	06
		Não	08
		Não, por que eu faço a tarefa a noite	01
		Não, não é todo tempo que eu passo limpando a casa	01
		Tem vez, por que eu levanto tarde	01
		Não. Por que eu chego da escola e já faço as minhas tarefas e de manhã eu ajudo em casa	01
		Total	18

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Elaborado pelos autores (2013).

Na questão contida no Quadro 2, seis alunos de um total de dezoito afirmaram que as atividades que fazem em casa atrapalham as atividades escolares. Vale ressaltar que os seis alunos que se sentem prejudicados por terem que ajudar em casa são os mesmos que, na questão anterior, relataram desenvolver atividades consideradas trabalho infantil doméstico.

Na observação e em conversas informais com as crianças, percebeu-se que os alunos que afirmaram ter prejuízo no desenvolvimento escolar são crianças esforçadas e com grande senso de responsabilidade que, em alguns casos, abrem mão de brincar ou estudar para ajudar a família nas atividades domésticas, por exemplo, quando pai e mãe saem para buscar trabalho a fim de garantir as condições de sobrevivência para elas e os irmãos. Essas respostas serão analisadas detalhadamente nas entrevistas.

Diante dessa situação, selecionaram-se os seis casos considerados mais graves para submetê-los à entrevista, objetivo alcançado parcialmente porque duas dessas crianças estavam ausentes nos dias previstos para essa etapa de trabalho. Segundo relato da professora e da observação durante as três semanas em que se desenvolveu a pesquisa na escola, é comum essas crianças faltarem às aulas. A escola já buscou a família para tentar solucionar o problema, mas, segundo a coordenação, não obteve resultados. A coordenadora pedagógica afirmou que grande parte das dificuldades de aprendizagem dos alunos deve-se à falta de acompanhamento dos pais.

As respostas dos quatro alunos que participaram da entrevista foram analisadas para constatar o nível de envolvimento dessas crianças no trabalho e as consequências para o desenvolvimento escolar.

A entrevista com os quatros alunos selecionados

Os entrevistados são dois meninos e duas meninas com idades entre 10 e 11 anos, faixa etária em que o trabalho não é permitido por lei. O número de alunos nessa situação é considerado alto (27%), pertencem a um universo de dezoito respondentes selecionados entre vinte e dois alunos de uma turma. Isso significa crianças inseridas precocemente no mundo do trabalho. No Quadro 3, os alunos entrevistados estão representados pela letra inicial de seu nome.

Quadro 3 – Entrevistas com os alunos

Aluno	Idade	Nº de irmãos	Como ajuda em casa	Dificuldades na escola	O que é trabalho
R	10	03	Cuida da casa, faz almoço e ajuda cuidar da irmã menor e da tia deficiente	Tem dificuldades em fazer as tarefas de casa.	Trabalho é coisa que a gente faz para ganhar dinheiro, para dar sustento pro nossos irmãos. Quando a mãe assimta com problemas, a gente tenta fazer um trabalho para ganhar um dinheirinho para ajudar.

N	10	02	Ajuda a lavar vasilha, limpar a casa e fazer tapetes de barbante	Tem dificuldades de leitura, escrita e matemática	É lavar vasilha e carpir
L	10	01	Lava vasilha, limpa a casa e cuida da irmã menor	Dificuldades de português	É ajudar as mães, mas tem tipos de trabalho que é abuso de crianças.
A	11	02	Lava vasilha, limpa a casa, faz almoço e lava roupa	Dificuldades de português e interpretação de texto	Trabalho significa boas coisas, mas não é para explorar tanto.

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Elaborado pelos autores (2013).

Dentre todas as entrevistas reveladoras, sem exceção, da existência de trabalho infantil doméstico – foi selecionada a da aluna R para comentários. R é uma criança que se destaca na sala por bom desempenho escolar (produções de textos, capacidade de interpretação, domínio de leitura e escrita e ótimos resultados na aprendizagem), ainda que submetida a uma jornada de trabalho exaustiva e castigos da mãe, se não ajudar em casa. Deduz-se que as tarefas a ela atribuídas exigem-lhe responsabilidades de adulto e amadurecimento precoce e que isso não lhe causou prejuízo.

Não há dúvida de que R exerce várias atividades de adulto numa rotina cansativa que vai das 6h às 12h: busca leite, limpa a casa, faz o almoço, alimenta e cuida da irmã e da tia deficiente, ajuda na construção da própria casa, lava e carrega telhas. Enquanto R vive essa maratona de seis horas, extenuante para qualquer adulto, chama a atenção o fato de sua mãe não trabalhar fora de casa.

Durante a entrevista, ficou evidente que a mãe da aluna R demonstra rigidez ao obrigar a filha a trabalhar sob ameaça de agressão física ou chantagem (impedir a filha de participar de um curso de informática caso não consiga terminar todos os serviços). Quando questionada sobre o que é trabalho, a aluna assim respondeu: *Trabalho é coisa que a gente faz para ganhar*

dinheiro, para dar sustento pros nossos irmãos, quando a mãe assim tá com problemas, a gente tenta fazer um trabalho para ganhar um dinheirinho para ajudar, mais ou menos assim, que eu sei. Diante dessas respostas pode-se considerar que essa criança desenvolva, além das costumeiras atividades, alguma outra que seja remunerada e que não quis citar na entrevista.

Segundo estudos de Costa e Calvão (2005, p. 135), o trabalho infantil expõe a criança a riscos físicos (fogo, álcool, faca, dores musculares) e também a riscos psicológicos (quando a criança concilia educação e trabalho não apropriado a sua idade).

É importante destacar que trabalho infantil doméstico (quando as atividades realizadas pelo aluno interferem em seu processo de aprendizagem) difere do trabalho educativo, que visa educar e preparar a criança para a vida adulta (ensinar disciplina, responsabilidade, organização e higiene pessoal, por exemplo). O trabalho realizado pelas crianças entrevistadas, de acordo com o ECA e com os autores estudados, é considerado exploratório por impedi-las de terem acesso ao brincar suficiente e de interferir no processo educativo (nos relatos as crianças se dizem prejudicadas e apresentam dificuldades por não terem tempo de realizar as atividades escolares que são levadas para casa). O trabalho de adulto que exercem (lavar, limpar a casa, fazer tapetes, cozinhar e cuidar dos irmãos menores) não é pedagógico, é pouco qualificado, é consequente da situação econômica dos pais. Trabalho de adulto não deveria ser feito por crianças de 10 a 11 anos porque isso traz sérias consequências para a vida adulta e porque o papel delas na sociedade é outro.

Os quatro entrevistados apresentam um quadro preocupante, uma vez que estão perdendo a infância e seu desenvolvimento escolar está sendo prejudicado. Como dito ao longo do texto, algumas famílias são obrigadas a colocar suas crianças para trabalhar, em decorrência de fatores econômicos e do próprio processo cultural enraizado no modo de pensar da sociedade, que acaba por normalizar a exploração da mão de obra infantil. Na opinião de Nielson (2010), as famílias são apenas vítimas de uma sociedade desigual e injusta, que lhes impõe a necessidade de inserir as crianças no mundo do trabalho para ajudarem no sustento da casa.

O trabalho das crianças entrevistadas não se distingue de qualquer trabalho de adultos, acrescenta nada ou muito pouco à educação profissional e prejudica-as ao ocupar o tempo que deveria ser dedicado aos estudos e às brincadeiras, atividades consideradas fundamentais para o desenvolvimento físico, psicológico e social adequado.

Entrevista com a professora do 5º ano do Ensino Fundamental

A entrevista com a professora da turma teve como propósito verificar sua compreensão e a atenção dada a esse tipo de situação vivida por seus alunos. A entrevistada respondeu as seguintes questões:

Na sua sala existe algum aluno que não está tendo o desempenho esperado quanto ao desenvolvimento escolar? *Tenho alguns com dificuldades, às vezes tenho que explicar várias vezes o conteúdo, mas eles acabam entendendo, acho que é normal esses tipos de dificuldades, uns aprendem mais rápido, outros não. Mas tem uns três ou quatro que só copiam e a leitura é muito ruim, esses já são mais sério.*

Quais os alunos que apresentam dificuldade de aprendizado, que não fazem a tarefa de casa ou demonstram-se cansados ou sonolentos na sala de aula? *Tenho o aluno L que não participa de nenhuma atividade, copia as respostas, mas quando tem que falar, não participa, a R às vezes reclama de cansaço, mas sonolentos nunca vi ninguém, com dificuldades tenho os alunos N, D, L e a G. observa-se que a dificuldade de aprendizagem é mais presente e marcante entre os meninos.*

Na sua sala existem casos de trabalho infantil? *Olha é difícil responder assim, quase todos ajudam em casa, principalmente as meninas que já estão mocinhas e ajudam as mães em casa. Mas tem o caso do aluno L que o pai veio aqui pedir para não passar tarefa para casa, porque ele não pode fazer porque tem que cuidar da irmã pequena. O caso da R é o mais sério, ela sempre vem com as tarefas sem fazer e diz que não tem tempo para fazer em casa, mas ela é muito inteligente, às vezes reclama que apanha em casa e que tem que ajudar a mãe a cuidar da tia deficiente. Tem também o N que mora em uma chácara e já falou que tem que ajudar os pais trabalhar. A G e o N têm muita dificuldade, mas a G ajuda a mãe em casa e cuida dos irmãos, os outros, acho que fazem só os serviçinhos normais mesmos.*

De que forma você identifica que a criança desenvolve trabalho infantil? *Quando eles comentam, quando pergunto por que não fizeram as tarefas e eles respondem por que não tive tempo, estava trabalhando.*

Como é a participação das famílias dessas crianças no processo escolar? *Os pais de alguns vêm às reuniões, mas a maioria é bem distante. A mãe da G, já chamei várias vezes, por que ela tem muita dificuldade, mas não apareceu ninguém, o pai do L apareceu um dia só para dizer que não era para passar tarefa para casa e nunca mais voltou. É complicado, mas não são só os pais dos que trabalham não, hoje em dia, os pais mandam a criança e se não aprendem jogam toda culpa na escola.*

A partir de sua convivência com as crianças que precisam trabalhar, fale como você vê a situação educacional desses alunos. *Eu acho que atrapalha, porque eles acabam se dedicando mais tempo ao trabalho do que às atividades da escola e isso prejudica. Por que a tarefa para casa é complemento das atividades em sala. Quando você vai corrigir a tarefa enviada para casa se o aluno não fez, não participa, não vai ao quadro resolver, fica copiando quando já está pronto e isso prejudica e muito o desenvolvimento do aluno. Quando faltam perdem conteúdo e os que já têm dificuldades ficam cada vez mais atrasados.*

A entrevista com a professora demonstra que ela, assim como os alunos, tem uma concepção positiva do trabalho como algo necessário, capaz de realizar sonhos e transformar a vida das pessoas. A concepção de Marx (*apud* Frigotto, 2005, p.12) é de que o trabalho não é apenas atividade econômica, é atividade existencial, meio de desenvolvimento da natureza universal humana e por isto deve ser livre e consciente.

Na entrevista a professora apresenta alguns casos de alunos que têm dificuldades e também afirma que alguns deles justificam não fazer as tarefas por falta de tempo, ou seja, ela parece estar naturalizando essas situações. Durante a pesquisa, não foram constatadas ações efetivas por parte da professora e da escola no intuito de mudar a realidade dessas crianças. Em realidade, muitas situações saem do alcance da escola, pois essa instituição sozinha não conseguirá resolver todos os problemas que se apresentam no ambiente escolar.

A construção de uma sociedade de cidadãos responsáveis e bem formados implica realizar reflexões sobre as condições de ensino e aprendizagem, porque a criança que trabalha não se prepara para o futuro, pelo contrário, tem grande chance de ser um cidadão com poucas oportunidades de crescimento profissional e de não se desenvolver plenamente como pessoa porque o tempo da infância foi roubado pelo trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste trabalho permitem afirmar a existência do trabalho precoce na vida de algumas crianças da escola pesquisada. Segundo os autores estudados, os índices do desenvolvimento dos alunos estão relacionados às atividades que fazem em casa para auxiliar as mães e suas famílias. Assim, ficou evidente ao longo da pesquisa que o trabalho infantil prejudica o rendimento escolar e a frequência destas crianças na escola.

É uma lástima assegurar que a má distribuição de renda é uma das principais causas da desigualdade social e por ela responsável. A pobreza é o motivo que obriga as crianças a

trabalharem na tentativa de ajudar a família a garantir a sobrevivência. É sempre válido lembrar que, enquanto nossas leis não saírem do papel e tornarem-se presentes no cotidiano dessas crianças, a raiz do trabalho infantil, dificilmente esse problema será totalmente eliminado.

Convém aqui destacar a importância do trabalho como princípio educativo e a existência de outras possibilidades de pensar a relação trabalho-educação, tal como fazem os movimentos sociais, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que procura vincular o processo escolar às transformações sociais com o objetivo de sensibilizar os trabalhadores e seus filhos a lutarem por uma escola que atenda os interesses da classe trabalhadora.

É inegável a importância da educação para a vida das pessoas, por isso, o papel da escola, professores, pais, alunos e sociedade em geral não pode ser subestimado no combate ao trabalho infantil. Boas práticas na escola podem combater o trabalho infantil e ajudar os alunos a dar um salto de qualidade, por exemplo, com a promoção de campanhas e a conscientização de pais e alunos. Para que isso aconteça, é necessário capacitar os professores para perceberem as situações de baixo rendimento escolar ou cansaço relacionadas ao trabalho e, de posse dessas informações, buscarem soluções para determinados problemas.

Enfim, para romper o ciclo que o trabalho infantil gera, é preciso uma mudança de valores baseada em novas maneiras de pensar a infância e a adolescência. Se não for possível erradicar o trabalho infantil, ao menos que o sofrimento de tantas crianças que vivem essa terrível experiência seja amenizado.

CHILD LABOR: EFFECTS ON LEARNING OF STUDENTS IN A PUBLIC SCHOOL IN CÁCERES – MT

ABSTRACT - The objective of this study was to analyze the influence of child labor in the learning of students in the 5th year of elementary education in a public school in Cáceres-MT. Adopted as methodological procedures bibliographic studies, classroom observation, questionnaires and interviews. The participants were a total of 18 students and the teacher responsible for the class, who has had to establish informal dialogs with the director, a pedagogical coordinator and other professionals from the school. The survey results showed cases which may characterize child labor from social inequality, which, to be fought regardless of origin, it cannot ignore the legal instruments, the statutes and social programs.

Key words: Child Labor. Education. Capitalism.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Especial de Direitos Humanos. CONANDA. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: MTB, 2007. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucoes-1>>. Acesso em: 25/08/2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 21/09/2014.

BRASIL. **Lei nº 8069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 16 jul.1990. Retificado em 27 set.1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 24/10/2014.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: jan. 2010.

CIEDS - Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2006. Disponível em: <www.cieds.org.br>. Acesso em: 4 jul. 2010.

CONAETI - Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2004. Disponível em: <www.fomezero.gov.br/.../trabalho-infantil>. Acesso em: 4 jul. 2010.

COSTA, D. H; CALVÃO, L. Trabalho Infantil. Rio de Janeiro, DP & A, 2005.

DONÁRIO, Arlindo; SANTOS, Ricardo Borges. Reflexões em economia. Conceitos fundamentais - Centro de Análise Económica de Regulação Social (CARS), Universidade Autónoma de Lisboa, 2014.

ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE. Lei nº 8069 de 13 de Julho de 1990.

FAZENDA, Ivani. *A Interdisciplinaridade: um projeto em parceria*. São Paulo: Loyola, 1993.

FREITAS, L. C. de. *Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas*. São Paulo: Moderna, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). *A experiência do trabalho e a educação básica*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 11-28.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Dados sobre o trabalho infantil*. Rio de Janeiro: Atlas, 2006.

_____. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*. Síntese de Indicadores. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

KUENZER, A. Z. Capitalismo trabalho e educação No Brasil. In: SANFELICE, José Luis (Org.). *Capitalismo trabalho e educação*. São Paulo: Editora, 2005.

LABOISSIERE, P. OIT: Pesquisa mostra queda de quase 50% no número de crianças trabalhando no Brasil. *Revista Ecodebate*. Rio de Janeiro, 17 dez. 2009. Disponível em:

<<https://www.ecodebate.com.br/2009/12/17/oit-pesquisa-mostra-queda-de-quase-50-no-numero-de-criancas-trabalhando-no-brasil/>>. Acesso em: 28 mar. 2010.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 2007.

NIELSON, E. *A problemática do trabalho doméstico*. ArScientia. 2010. Disponível em: <www.arscientia.com.br/materia/ver>. Acesso em: 28 mar. 2010.

OLIVEIRA, M. I. de; LIMA, E. G. S. *Guia prático: Projetos de pesquisa e trabalho monográfico*. Cuiabá: Ed. Unemat, 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Sobre as piores formas de trabalho infantil*. Convenção nº 182. Genebra: Editora, 1999. Disponível em: <<http://www.ilo.org>>. Acesso em: jan. 2010.

_____. *Internacional Labour Organization*, Genebra, 1996. Disponível em: <<http://www.ilo.org>>. Acesso em: abr. 2010.

_____. *Pela abolição do trabalho infantil*. Brasília: Editora. Editada pelo ministério do trabalho, 1993. Disponível em: <<http://www.ilo.org>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

PERGHER, E; FRIZZO, G. Trabalho como princípio educativo: Debate a partir de Gramsci e Pistrak. *Revista Trabalho Necessário*. Rio de Janeiro: UFF, ano 8, n. 10, 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN10FRIZZOePERGHER.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2010.

RODRIGUES, L. D. *O trabalho infantil na visão da escola: Um estudo exploratório do tema*. Ano publicação. XX f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: Fundamentos ontológicos e históricos. *Revista brasileira de educação*. Local publicação, v. 12, n. 34, p. xx- xx 2007.

VEIGAS, J. P. C. *A questão do trabalho infantil*. São Paulo: Editora, 1998 (Coleção ABET).

Recebido em: 02 de abril de 2018.

Aprovado em: 28 de maio de 2018.